



[www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br)

versão consolidada, com alterações até o dia 16/08/2010

## LEI Nº 512, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.

(Revogada pela Lei nº [545/2010](#))

### **Define as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.**

A CÂMARA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública, Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas

dispensarão a expedição de precatório.

**Art. 2º** Fica definido em 75 (setenta e cinco) UFM - Unidade Fiscal

Municipal, as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100

da Constituição Federal.

**Art. 3º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor

será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do

recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor - RPV)

devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a

liquidez da obrigação.

**Art. 4º** Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o

montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valores em execução, sendo admissível desmembrar o

valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para

que seu pagamento se faça mediante requisição de pequeno valor,

quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de

pequeno valor.

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor

da execução ou ainda, a expedição de precatório complementar ou

suplementar para que seu pagamento se faça em parte, na forma de RPV

e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 2º A requisição de pequeno valor adotará sempre o valor

nominal da UFM - Unidade Fiscal Municipal vigente ao tempo da requisição

do pagamento.

**Art. 5º** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 2º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao

credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno

valor, na forma prevista no § 3º, do art. 100 da Constituição Federal.

**Art. 6º** Para cumprimento do disposto na presente LEI, fica o

Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários,

utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43, da LEI Federal

nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º** Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, aos 22 dias do mês de outubro do ano de 2009.

SIDINEI DELAI  
Prefeito Municipal

*Download Anexo: Lei Ordinária Nº 512/2009 - Ivaté-PR (www.leismunicipais.com.brhttps://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/ivate-pr/2009/anexo-lei-ordinaria-512-2009-ivate-pr-1.docx?X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAI4GGM64DHHZJ3HAA%2F20240918%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4\_request&X-Amz-Date=20240918T231323Z&X-Amz-Expires=900&X-Amz-SignedHeaders=host&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Danexo-lei-ordinaria-512-2009-ivate-pr-1.docx&X-Amz-Signature=fc1a5f342a5337599cdaa3ac48a32cf302ee4493d7ba932451e07946fe0bad00)*

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 23/07/2021*